

Alfabetização: a influência da família e do contexto social

Alphabetization: the influence of the family and of the social context

Joyce Cardoso Figueira¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo, inicialmente, contextualizar a questão da alfabetização no mundo e no Brasil. Discute-se em seguida, as noções de alfabetização e letramento que são consideradas pertinentes á concepção aqui proposta e á hipótese da autora, a respeito dos valores e expectativas familiares como fontes de motivação ao processo de alfabetização. Simultaneamente, correlaciona-se conceitos retirados da estrutura teórica das Terapias Familiares eleitos, pela autora, como recursos proveitosos para compreensão de tão complexo problema.

Palavras-chave: Alfabetização, família, letramento, alfabetização intercultural, valores, aprendizagem.

Abstract: This article has as objective, at first, contextualize the question of the alfabetization in the world and in Brazil. After that, it is discussed the notions of alfabetization and literacy that are considered pertinent to the conception proposed here, and to the hypothesis of the author, in respect to values and family's expectations as fonts of motivation to the alfabetization process. Simultaneously, it is correlated the concepts taken from the theoretic structures of Familiar Therapies, elected as useful resources to the comprehension of a so complex problem.

Key-words: Alphabetization, family, literacy, intercultural alfabetization, values, learning.

A alfabetização é um problema de ordem mundial. Refere-se ao desenvolvimento dos países, comunidades e indivíduos. É um fator de peso relacionado diretamente á qualidade de vida das pessoas. Constitui-se em problema, principalmente, nos países mais empobrecidos, como os pertencentes á Ásia, África e América Latina. Os países destes

¹ Mestranda em Educação e Cultura pela UDESC. psicóloga. psicodramatista. terapeuta familiar sistêmica.

continentes possuem as maiores taxas de analfabetismo mundial. No Brasil estas taxas ainda são preocupantes, assim como os altos índices de evasão escolar.

Segundo dados recentes o brasileiro lê muito pouco, e a aquisição de livros por habitante é ínfima (em média, 2,5 livros por ano, incluídos os livros didáticos que são distribuídos pelo governo — segundo dados do Anuário Editorial Brasileiro, conforme divulgação no editorial do jornal “A Folha de São Paulo” de 04/03/01). Este fato contribui para retardar o desenvolvimento da Nação e dos indivíduos. Sem o domínio da leitura e da escrita, o indivíduo está inapto a lidar com o saber, as ciências e a tecnologia. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Língua Portuguesa) reconhecem isto ao afirmar: “*Ser um usuário competente da escrita é, cada vez mais, condição para a efetiva participação social.*” (p. 22).

Independente das políticas de Educação, as dificuldades são inúmeras e levam a uma reflexão sobre a complexidade do problema. Acredita-se que ele ultrapasse os muros das escolas. Conforme SOARES:

*O que ocorre nos países do Terceiro Mundo é que se alfabetizam crianças e adultos, mas não lhes são dadas as condições para ler e escrever: não há material impresso posto a disposição, não há livrarias, o preço dos livros e até dos jornais e revistas é inacessível, há um número muito pequeno de bibliotecas. Como é possível tornar-se **letrado** em tais condições? Isso explica o fracasso das campanhas de alfabetização em nosso país: contentam-se em ensinar a ler e a escrever; deveriam, em seguida, criar condições para que os alfabetizados passassem a ficar imersos em um ambiente de letramento, para que pudessem entrar no mundo letrado, ou seja, num mundo em que as pessoas têm acesso a leitura e à escrita, têm acesso aos livros, revistas e jornais, têm acesso às livrarias e bibliotecas, vivem em tais condições sociais que a leitura e a escrita têm função para elas e tornam-se uma necessidade e uma forma de lazer.”* (SOARES, 2000, p. 58-59)

Parte-se do pressuposto que a alfabetização é um processo que vai além do aprendizado mecânico da escrita e da leitura proporcionando a noção de “letramento” que inclui o desenvolvimento da consciência crítica. Segundo Soares (2000), letramento é “*o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.*” (p. 18) E define esta apropriação “*como tornar a escrita como sua própria ou como sua propriedade*” (p.39), e acrescenta-se, usar a escrita com propriedade.

O letramento altera a condição no indivíduo na sociedade porque o mesmo encontra-se envolvido em numerosas práticas sociais de leitura e de escrita, mudando “*seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura — sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente.*” Soares (2000, p. 37). Podemos afirmar, então; que a condição de letramento melhora a qualidade de vida do indivíduo (embora existam polêmicas a respeito de que pode-se atribuir melhoria na qualidade de vida dos indivíduos investindo apenas em educação, não é objetivo deste artigo deter-se nesta discussão).

Embora diversos autores utilizem-se de conceitos e denominações diversas é possível encontrar-se semelhanças entre a noção de letramento atribuída por Soares e alfabetização em Frago, conforme se segue:

“Alfabetizar-se, não é aprender e dominar algumas determinadas habilidades técnicas de decodificação, produção e compreensão de certos signos gráficos, mas adquirir e integrar novos modos de compreensão da realidade, do mundo, de si mesmo e dos outros.” (FRAGO, 1989, p.107)

Ou seja, a alfabetização ou letramento que aqui se refere está diretamente ligado a noção de um processo cultural que reestrutura a consciência, a mente e o comportamento. Segundo o mesmo autor, uma alfabetização plena deve incluir um discurso secundário, a meta-linguagem, ou a comunicação sobre a comunicação.

E, para que o processo de alfabetização melhore a vida das pessoas é preciso que o mesmo seja um promotor do senso crítico e do desenvolvimento da consciência. Um processo chamado por Frago (1989) de *alfabetização intercultural*:

“Mas tampouco trata-se de simplesmente pensar mas de pensar acerca do discurso próprio e alheio. Um pensamento requer condições e instrumentos prévios. Entre as condições, o reconhecimento escolar da própria identidade cultural individual e de grupo. Entre os instrumentos, uma alfabetização que facilite a aquisição de uma meta-linguagem que permita analisar os mecanismos e estratégias discursivas de hegemonia e dominação social e intercultural. Os próprios e os alheios. Não para isolar-se, mas como disse, para encontrar o universal no particular e aprofundar-se no conhecimento de si mesmo. No conhecimento do outro, dos demais, de nós mesmos e, por isso, de si mesmo. Essa é a alfabetização necessária nas sociedades da informação e da multiplicidade de linguagens. Necessária tanto para os grupos cultural e lingüisticamente hegemônicos quanto para os subalternos. Esta é a alfabetização intercultural.” (FRAGO 1989, . 116)

O processo de alfabetização encontra-se, de forma geral, na bibliografia, atrelado às especialidades pedagógicas, restrito e dirigido aos profissionais da educação. Pretende-se discutir aqui a importância do meio familiar e social neste processo, bem como algumas de suas particularidades importantes, como a questão de valores e expectativas familiares, constituindo a hipótese da autora, aspectos de motivação para o andamento e sucesso do processo.

Esta, portanto é uma tentativa de trilhar pelos caminhos da transdisciplinariedade: juntando saberes específicos da área da educação com os conhecimentos e teorias das terapias familiares. Correlacionar para melhor compreender, ou ainda, para obter uma compreensão mais abrangente. Fernandez (1990) alerta para o fato de os conhecimentos da área do aprendizado e das psicoterapias (em particular a psicanálise), se excluírem e se desconhecem, negando-se e cindindo a constituição e o entendimento sobre o ser humano:

*“As teorias sobre a inteligência e o desejo desconhecem-se mutuamente. Assim, a psicanálise e a teoria da inteligência de Piaget separam cada uma seu objeto de estudo sem incorporar o da outra. No **Dicionário de Psicanálise** de Laplanche, observa S. Paín, não figura a palavra inteligência, assim como no dicionário de Batro sobre a inteligência não figura a palavra inconsciente. Tal omissão não somente responde a uma não pertinência das teorias para abordar a integração, mas também tem a ver com a cisão constitutiva do ser humano entre conhecimento e desejo.” (Grifos da autora) FERNÁNDEZ, (1990, pp. 68)*

Observando a história recente da Educação, constata-se que o termo alfabetização transformou-se em uma especialidade restrita a profissionais da área educação. Provável reflexo em nossa cultura, ainda influenciada pelo positivismo e reducionismo, que favoreceram a criação de um mundo cartesiano, compartimentalizado em áreas específicas desconectadas entre si. O que se constata é que este tema, deveras importante para o desenvolvimento e evolução da humanidade, tornou-se “propriedade particular” de seus especialistas. Acredita-se que o produto da Educação, enquanto várias formas e incluindo várias instituições como família e escola, deveria propiciar à criança a possibilidade de fazer análise e síntese, ou seja, que lhe ensinasse a pensar.

A família, outrora, alfabetizadora de suas gerações mais novas, lentamente perdeu esta função, o que se concretizou de forma evidente no século XX, com a propagação das escolas. O que ocorre na atualidade é que a família encontra-se completamente desprovida deste papel. Inclusive, o que se assiste de forma mais frequentemente é ambos os pais estarem muito envolvidos com trabalho e sobrevivência do sistema familiar, em conseqüência, a educação, enquanto um processo multifacetado e complexo (e no restrito apenas a ler e escrever, e assimilação dos conteúdos didáticos), ficar relegado quase que, por completo, ao ambiente escolar.

“O mundo doméstico foi deixado para as crianças e os velhos, sem que as mulheres e os homens saibam muito bem quem deveria ou quem vai criar os filhos, ou como criá-los num mundo que possui menos apoio à comunidade do que possuía nos gerações anteriores”. (Carter, McGoldrick & Colaboradores, 1995, p.206).

A leitura, já propunha Paulo Freire, é um processo muito anterior à leitura escrita em si mesma, sendo precedida pela leitura de mundo, constituída por toda uma gama de experiências e vivências sócio-culturais às quais o indivíduo está sujeito e imerso.

Entende-se aqui, portanto, que a alfabetização não começa na escola, e muito menos no primeiro ano escolar. Muito pelo contrário, a alfabetização inicia-se com a vida. E, levando-se em conta as condições pré-natais, físicas e biológicas, bem como as expectativas familiares que são criadas com a gestação de um filho, os desejos e mandatos familiares que a ele são reservados já no período da vida intra-uterina, podemos afirmar que a alfabetização inicia-se

analisar os mecanismos e estratégias discursivas de hegemonia e dominação social e intercultural. Os próprios e os alheios. Não para isolar-se, mas como disse, para encontrar o universal no particular e aprofundar-se no conhecimento de si mesmo. No conhecimento do outro, dos demais, de nós mesmos e, por isso, de si mesmo. Essa é a alfabetização necessária nas sociedades da informação e da multiplicidade de linguagens. Necessária tanto para os grupos cultural e lingüisticamente hegemônicos quanto para os subalternos. Esta é a alfabetização intercultural.” (FRAGO 1989, . 116)

O processo de alfabetização encontra-se, de forma geral, na bibliografia, atrelado às especialidades pedagógicas, restrito e dirigido aos profissionais da educação. Pretende-se

discutir aqui a importância do meio familiar e social neste processo, bem como algumas de suas particularidades importantes, como a questão de valores e expectativas familiares, constituindo a hipótese da autora, aspectos de motivação para o andamento e sucesso do processo.

Esta, portanto é uma tentativa de trilhar pelos caminhos da transdisciplinariedade: juntando saberes específicos da área da educação com os conhecimentos e teorias das terapias familiares. Correlacionar para melhor compreender, ou ainda, para obter uma compreensão mais abrangente. Fernandez (1990) alerta para o fato de os conhecimentos da área do aprendizado e das psicoterapias (em particular a psicanálise), se excluírem e se desconhecem, negando-se e cindindo a constituição e o entendimento sobre o ser humano:

*“As teorias sobre a inteligência e o desejo desconhecem-se mutuamente. Assim, a psicanálise e a teoria da inteligência de Piaget separam cada uma seu objeto de estudo sem incorporar o da outra. No **Dicionário de Psicanálise** de Laplanche, observa S. Païn, não figura a palavra inteligência, assim como no dicionário de Batro sobre a inteligência não figura a palavra inconsciente. Tal omissão não somente responde a uma não pertinência das teorias para abordar a integração, mas também tem a ver com a cisão constitutiva do ser humano entre conhecimento e desejo.”* (Grifos da autora) FERNÁNDEZ, (1990, pp. 68)

Observando a história recente da Educação, constata-se que o termo alfabetização transformou-se em uma especialidade restrita a profissionais da área educação. Provável reflexo em nossa cultura, ainda influenciada pelo positivismo e reducionismo, que favoreceram a criação de um mundo cartesiano, compartimentalizado em áreas específicas desconectadas entre si. O que se constata é que este tema, deveras importante para o desenvolvimento e evolução da humanidade, tornou-se “propriedade particular” de seus especialistas. Acredita-se que o produto da Educação, enquanto várias formas e incluindo várias instituições como família e escola, deveria propiciar á criança a possibilidade de fazer análise e síntese, ou seja, que lhe ensinasse a pensar.

A família, outrora, alfabetizadora de suas gerações mais novas, lentamente perdeu esta função, o que se concretizou de forma evidente no século XX, com a propagação das escolas. O que ocorre na atualidade é que a família encontra-se completamente desprovida deste papel. Inclusive, o que se assiste de forma mais freqüentemente é ambos os país estarem muito envolvidos com trabalho e sobrevivência do sistema familiar, em consequência, a educação, enquanto um processo multifacetado e complexo (e no restrito apenas a ler e escrever, e assimilação dos conteúdos didáticos), ficar relegado quase que, por completo, ao ambiente escolar.

“O mundo doméstico foi deixado para as crianças e os velhos, sem que as mulheres e os homens saibam muito bem quem deveria ou quem vai criar os filhos, ou como criá-los num mundo que possui menos apoio á comunidade do que possuía nos gerações anteriores”. (Carter, McGoldrick & Colaboradores, 1995, p.206).

A leitura, já propunha Paulo Freire, é um processo muito anterior á leitura escrita em si mesma, sendo precedida pela leitura de mundo, constituída por toda uma gama de experiências e vivências sócio-culturais ás quais o indivíduo está sujeito e imerso.

Entende-se aqui, portanto, que a alfabetização não começa na escola, e muito menos no primeiro ano escolar. Muito pelo contrário, a alfabetização inicia-se com a vida. E, levando-se em conta as condições pré-natais, físicas e biológicas, bem como as expectativas familiares que são criadas com a gestação de um filho, os desejos e mandatos familiares que a ele são reservados já no período da vida intra-uterina, podemos afirmar que a alfabetização inicia-se antes do nascimento. Portanto, ela não pode ficar reservada, enquanto tem a, preocupação e discussão, apenas aos profissionais desta área. É preciso que a família esteja incluída no processo. Segundo Fernandez:

“A origem do problema de aprendizagem não se encontra estrutura individual. O sintoma se ancora em uma rede particular de vínculos familiares, que se entrecruzam com uma também particular estrutura individual. A criança suporta a dificuldade, porém, necessária e dialeticamente, os outros dão o sentido.”
(FERNÁNDEZ, 1990, p. 30-31)

A família é o espaço físico e emocional, onde a criança inicia sua vida. Seja ela do tipo que for: a família tradicional (composta de pai, mãe e filhos), a família conduzida apenas por uma única figura parental (ou pai ou mãe), famílias lideradas por avós, famílias conduzidas por irmãos mais velhos, famílias de pais adotivos, só para citar alguns. Em outras palavras, a estrutura familiar da sociedade ocidental é, atualmente, muito diferente da família patriarcal do início do século XX. Isto significa que não existem modelos prontos. Faz-se importante notar que os papéis masculinos e femininos foram alterados por uma série de acontecimentos e descobertas científicas, tais como o advento da pílula anticoncepcional e do movimento feminista, apenas para citar alguns, que propiciaram uma transformação incomparável na vivência do papel feminino e nas estruturas de poder dentro das famílias. E, em conseqüência, alteraram também a vivência do papel masculino. A organização familiar, atualmente, está sendo criada a cada instante, frente aos problemas e imprevistos que surgem, dentro das possibilidades de cada unidade familiar. Por esta breve discussão percebe-se a complexidade do tema e do problema.

Faz-se presente também na história da alfabetização, a noção de que se o processo não transcorre dentro do esperado, a dificuldade está com a criança. E esta concepção, não vigorou apenas dentro das escolas, mas também dentro dos sistemas familiares: *“Os pais investem intensamente na criança e não expressam nenhuma outra preocupação: É um problema da criança, não um problema familiar²”* (Carter, McGoldrick & Col., 1995, p.217)

Nas últimas décadas, sob forte influência do construtivismo e sócio interacionismo, estas concepções vem sendo, gradativamente, alteradas, principalmente dentro do enfoque escolar/pedagógico. À luz das teorias piagetiana, vigotskiana, walloniana, entre outras, nos ambientes pedagógicos há um certo predomínio de uma perspectiva que qualifica a mediação, o ambiente, o aspecto afetivo e integral do indivíduo. Ou seja, uma atitude que considera o meio social e familiar de onde se originam e nos quais vivem os indivíduos.

No entanto, as famílias ainda continuam á margem deste processo, mesmo quando lhes sobra tempo e interesse, não sabem como agir e não são, na maioria das vezes, orientadas para esta tarefa, sugerindo a ocorrência de uma lacuna entre família e escola.

² As autoras referem-se a sintomas em geral. Neste trabalho, enfoca-se os sintomas na ordem da aprendizagem infantil.

A vivência familiar proporciona experiências únicas e que favorecem a formação de padrões de comportamento que se mantêm ao longo da vida do indivíduo. No momento em que chega á escola, a criança já traz consigo toda uma gama de conhecimentos a respeito do mundo e de si mesma. O convívio familiar lhe imprime uma serie de valores no dia-a-dia de sua vida.

Fazendo referência á cultura norte-americana de classe média e seus valores, a qual é modelo idealizado para grande parte da sociedade brasileira, relatam os autores, Nichols & Shwartz:

“A nossa economia é baseada em uma força de trabalho de colarinho branco, disposta a colocar a corporação — e o progresso dentro dela — á frente dos interesses da família. De modo semelhante, a economia também necessita de consumidores vorazes que estejam dispostos a deixar suas famílias carentes ou trabalharem longas horas, privando os familiares de sua energia, para comprar artigos supérfluos. Para manter estes valores, a mídia nos bombardeia com mensagens materialistas que criam uma fome insaciável por coisas e pelo sucesso. Estes esforços podem facilmente sobrepujar a preocupação com os relacionamentos familiares, que por sua vez estão cada vez mais desagradáveis e empobrecidos por causa destes esforços. Além disso, o declínio no padrão de vida durante as últimas décadas significou que os chefes de família precisam trabalhar muito e mais tempo apenas para ajudar a família a sobreviver, que dirá para viver com luxo. Com toda essa pressão e preocupação, os pais freqüentemente querem passar o pouco tempo que têm afastados do seu trabalho tentando relaxar através de distrações leves e passivas, em vez de se envolver em conversas importantes ou cumprir a disciplina.”(NICHOLS & SCHWARTZ 1998, p. 84)

Nossa sociedade brasileira ainda sofre vários agravantes: excessiva concentração de renda, a qual proporciona uma vasta distância social entre as classes criando uma multidão de miseráveis, e, lamentavelmente, uma avalanche de corrupção, em todas as esferas do poder, que terminam solucionadas pela impunidade. Todos estes elementos, ingredientes para os altos índices de violência urbana, tornam-se fundamentais para a inversão de valores, baseada em uma ética pervertida do “cada um por si, para sempre se levar vantagem”.

Seria, de fato, a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de uma consciência crítica, um valor importante para as famílias e para a sociedade brasileira como um todo? Ou, garantir a subsistência através de um salário melhor que os da geração anterior não seria o suficiente?

Esta questão dos valores, quando observada pela perspectiva psicológica, passa pela dimensão da vivência dos afetos, dos vínculos familiares, dos modelos expressos pelas figuras parentais e pelas memórias familiares. Necessariamente, não estão expostos e explícitos no cotidiano. Pelo contrário, na maioria das vezes, estão velados, ocultos por trás de questões banais do dia-a-dia, privilegiando determinadas coisas ou atitudes em detrimento de outras, como por exemplo, não haver dinheiro disponível para compra de livros, mas dispor do mesmo para comprar roupas caras, como as que vestem as atrizes da TV.

Seria importante considerar que estes valores são aprendidos e apreendidos dentro da família. Observe-se então o seguinte conceito de aprendizagem, conforme o enfoque da Terapia Familiar:

A aprendizagem é uma das modalidades de tratamento da informação que, por meio de ensaios e erros, e em função dos dados do meio ambiente interno e externo, conduz à modificação dos sistemas de pensamento, de ação e de emoção. Baseia-se nas diferentes formas de memória que integram dados eventualmente transmitidos de uma geração para outra. A aprendizagem permite, graças as experiências suscitadas pelas interações familiares e sociais, a aquisição dos automatismos inconscientes e pré-conscientes. (MIERMONT, 1994, pp. 75 e 76)

A partir de tal conceito pretende-se destacar a importância e a profundidade do processo de aprendizagem dentro da família, e tentar demonstrar o quanto os aspectos inconscientes se fazem presentes em toda experiência da vivência familiar, assim como a questão transgeracional:

As memórias familiares são a parte das memórias transgeracionais que, através dos aprendizados individuais, garantem a transmissão cultural dos ascendentes aos descendentes. As memórias permitem a simulação dos comportamentos, pensamentos e emoções de outrem, mas também os modelos de relações interpessoais no seio das unidades familiares e sociais". (MIERMONT, 1994, pp. 374).

Observar o processo de alfabetização através do sistema familiar propicia novas perspectivas. Como este tema foi vivido pelos antepassados? Há muita expectativa com relação ao desempenho da criança? Excesso de expectativas podem também favorecer ao fracasso, na medida em que impossibilita a criança de viver os erros previsíveis com certa tranquilidade e leveza. Ou, nada disto conta muito, sendo o mínimo desempenho o suficiente já que permite passar de ano? Ter o ensino fundamental já é muito, considerando-se que as duas gerações anteriores eram analfabetas... Ou, como aceitar uma criança de seis anos, apenas na pré-escola? Os pais esperavam que já estivesse pelo menos na primeira série, pois foi assim com eles e com o filho mais velho... Estas são situações hipotéticas mas muito próximas da realidade e que suscitam que estes aspectos não podem ficar alheios quando se propõe uma concepção de alfabetização que conduza á consciência crítica. Aliás, esta última, por vezes, não é esperada e desejada em determinado filho (a). Estes, obviamente, são intercâmbios de ordem inconsciente.

A intenção deste trabalho não é esgotar esta discussão, até mesmo porque ela ainda está apenas começando. Pretende-se, no entanto, alertar para a complexidade do problema em questão: a vivência familiar e o processo de alfabetização. Considera-se que este processo (alfabetização) não é simplesmente um problema da escola ou da criança. Faz-se necessário que se contextualize o problema, e se contemple também o ambiente familiar e social da criança. E, mais que isto, que seja possível utilizar também uma perspectiva mais profunda para esta observação, já que, obviamente, não se pretende "culpar" a família. Através de uma análise mais complexa surgem mais dados para a compreensão do problema, assim como maiores possibilidades de alternativas e soluções para uma situação que ainda está longe dos ideais de letramento e alfabetização citados no início deste artigo.

Referências Bibliográficas:

CARTER, Betty, MCGOLDRICK, Monica e Col. *As mudanças no Ciclo de Vida Familiar — Uma estrutura para a terapia familiar*. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FERNANDEZ, Alícia. *A inteligência aprisionada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FOLHA DE SÃO PAULO, *Deserto de Livros*. São Paulo, 04 de mar. de 2001. Editorial.

FRAGO, Antonio Viñao. *Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo & MACEDO, Donaldo. *Alfabetização — leitura do mundo leitura da palavra*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

MIERMONT, Jacques. *Dicionário de terapias familiares: teorias e práticas*. Porto Alegre: Artés Médicas, 1994.

NICHOLS, Michael P. e SCHWARTZ, Richard C. *Terapia Familiar Conceitos e Métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental — 2º ed. — Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

